

## DOSSIÊ TEMÁTICO

### PEACE OR VIOLENCE:

#### A ambiguidade dos discursos educacionais de acolhida e proteção pela confissão identitária

Catarina Dallapicula<sup>1</sup>

Gabriela Pereira da Cunha Lima<sup>2</sup>

Guilherme Soares<sup>3</sup>

Margareth Diniz<sup>4</sup>

218

**Resumo:** Usando como mote a canção “Peace or Violence”, em que o artista belga de ascendência ruandesa Stromae questiona se o “V” é um símbolo de paz ou violência, este artigo analisa os discursos de duas notícias para pensar os processos de inclusão escolar pela confissão identitária de pessoas que não se enquadram na heterocisnormatividade regida pela branquitude. As narrativas midiáticas apresentam processos de violência institucional direcionadas à performance de gênero e à sexualidade de estudantes. Questionamos como as identidades são assumidas pelas instituições em práticas que visam a inclusão, mas também podem reverberar em violências, entrando em um debate existente sobre os ganhos e perdas no uso das identidades como estratégia de acesso a direitos perante uma matriz de dominação em que diferentes marcadores identitários se interseccionam.

**Palavras-chave:** Inclusão. Educação. Identidades.

J'ai vu des gens tendre les bras et leur deux doigts levés  
Leur majeurs et leur index toujours en forme de "V"  
J'ai donc demandé ce que ce symbole pouvait signifier

<sup>1</sup> Mestre em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. [catarina.dallapicula@uemg.br](mailto:catarina.dallapicula@uemg.br).

<sup>2</sup> Mestre em Educação. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. [gabiplima@yahoo.com.br](mailto:gabiplima@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Licenciado em História. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. [guilhermesoares203@gmail.com](mailto:guilhermesoares203@gmail.com).

<sup>4</sup> Pós-doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. [dinizmargareth@gmail.com](mailto:dinizmargareth@gmail.com).

Et bien personne au grand personne n'a pu me l'expliquer  
Serait-ce un signe de paix  
Ou bien le "V" de violence  
Quelqu'un sait ce qu'il avance  
Ou ce qu'il fait?<sup>5</sup>  
(STROMAE, 2010)

A canção do artista belga de ascendência ruandesa, Stromae, fala de um símbolo ambíguo usado pelas pessoas que pode ser interpretado como paz ou violência: uma mão com o dedo indicador e médio esticados em formato de “V” enquanto os demais dedos estão dobrados. O eu-lírico diz que mesmo os adultos não conseguem responder qual dos dois sentidos esse signo tem, mas que ele sente que o violenta. Utilizamos essa música para iniciar este texto com a intenção de revisitar algumas discussões sobre identidades marcadas pelo deslocamento à norma heterocissexual branca hegemônica (RIBEIRO, 2017) em ambientes escolares e propor uma leitura possível na intersecção dos regimes de verdade que produzem diferentes significados de um mesmo significante: a nomeação que acolhe e reivindica direitos, mas também a nomeação que marca um lugar de exclusão. Questionamos o que essa prática produz de paz e violência nas relações de poder que dela reverberam.

219

Um movimento frequente em grupos escolares que pretendem agir sob uma perspectiva inclusiva é propor a inclusão do Outro, primeiro pela hetero-nomeação e segundo pela viabilização da nomeação de si. Nosso argumento é de que, a depender das redes discursivas que respaldem essas práticas, enquanto regimes de verdade (FOUCAULT, 2015), é possível que propiciem violências ou criem condições para que elas aconteçam. Como Butler (2019) nos ajuda a pensar,

Condições não “agem” da mesma maneira que agentes individuais agem, mas agente algum age sem elas. Elas são um pressuposto naquilo que fazemos, mas seria um erro personificá-las como se agissem em nosso lugar. (BUTLER, 2019, p. 31).

As mesmas práticas institucionais que nomeiam o Outro, estrangeiro a ser incluído (DERRIDA, 2003), aquele ou aquela para quem a escola não foi pensada e para quem

---

<sup>5</sup> Tenho visto pessoas estendendo seus braços e levantando dois dedos/Os dedos médios e os indicadores, sempre em forma de "V"/Eu então perguntei o que esse símbolo poderia significar/E bem, ninguém, nenhum adulto soube me explicar/Seria esse um símbolo de paz/Ou o “V” de violência?/Alguém sabe o que quer dizer/Ou pra que ele serve? (Tradução nossa)

deverá se adaptar, também viabilizam, pelo ato de nomear, as condições para que interpelações violentas aconteçam da parte de agentes que não reconhecem no Outro o direito de existir. O conceito de Outro, neste contexto é aquele ou aquela para quem os direitos inerentes a um espaço coletivo não foram pensados. Sua identificação passa, nas reflexões de Butler (2017), pelo reconhecimento.

O reconhecimento não pode ser reduzido à formulação e à emissão de juízos sobre os outros. [...] o reconhecimento muitas vezes nos obriga a suspender o juízo para podermos apreender o outro. Muitas vezes nos baseamos em juízos de culpa ou inocência para resumir a vida do outro, confundindo postura ética com aquele que julga. [...] quando se julgam as pessoas por serem quem são, estabelece invariavelmente uma distância moral clara entre quem julga e quem é julgado. [...] nem todas as relações éticas são redutíveis a atos de juízo[...] a própria capacidade de julgar pressupõe uma relação prévia entre quem julga e quem é julgado. (BUTLER, 2017, p.63-64)

Essa suspensão de juízo para que seja possível reconhecer o Outro pode ser lida a partir da suspeição sobre os próprios regimes de verdade, uma abertura para perceber que o mesmo significante pode remeter a outros significados em diferentes redes discursivas. Que se utilizamos esses significantes com significados diferentes e, muitas vezes, divergentes, os efeitos de verdade dos discursos que produzimos podem não ser os desejados.

220

Isso pode ser pensado quando problematizamos o uso das identidades como ferramenta de luta política e reivindicação de acesso aos marcadores sociais de cidadania. Mobilizando o referencial foucaultiano, compreendemos que a inclusão via nomeação (de si ou do Outro) é uma prática de confissão (FOUCAULT, 2014), uma das tecnologias empregadas pelo poder pastoral. De acordo com o autor, o poder pastoral se organiza para “que tudo seja regulado” (FOUCAULT, 1998, p.166), instaurando uma relação de condução em que o conduzido é situado numa posição inferior-dependente, relação de dominação e obediência, em que o sujeito inferiorizado deve confessar sua verdade para que, a partir dela, estratégias de normatização e controle possam ser criadas.

O poder pastoral, do qual a educação ocidental é ainda tributária, deseja extrair daqueles que fogem à norma heterocissexual branca hegemônica “uma verdade interior, secreta e oculta” (FOUCAULT, 2008, p.243). Nesse sentido, as práticas de nomeação de si e do Outro podem ser consideradas como viabilizantes de uma gramática disciplinar que opera institucionalmente pela nomeação de uma verdade que julga existir; a partir

dessa nomeação cria-se uma identidade coletiva que abarque (ou pareça abarcar) vivências e viabilize estratégias de acolhimento institucional. Por isso movimentos sociais utilizam as identidades como ferramenta de luta e reivindicação de direitos que são respaldados pelas vivências majoritariamente ligadas a cada uma dessas identidades (de gênero, sexualidades, raciais e outras).

Essa abordagem se afirma em um regime de verdade em que o direito ao acesso, mediado pelas identidades, a elas se vincula pelas demandas coletivas e pelas estratégias institucionais para atendê-las ou adiá-las. Motivada por movimentos sociais que defendem a auto-identificação como estratégia política, as instituições escolares que utilizam o discurso da inclusão a partir dessa abordagem, preocupam-se em criar políticas institucionais que valorizem a diferença e as diversas vivências nos contextos educacionais.

Historicamente esse movimento é cíclico, os grupos marcados pela diferença às normas foram identificados em identidades-chingamentos por séculos. Em movimentos de apropriação das narrativas sobre as próprias vidas, esses grupos assumem identidades negras, pretas, lésbicas, sapos, gays, viados, bichas, bi, giletes, travestis, pessoas transmasculinas, dentre outras e ressignificam positivamente seus sentidos. A partir de seus discursos, as instituições escolares, em diálogo com os movimentos sociais que reivindicam essas identidades, passam a (des)aprender outras formas de atender a esses grupos para “construir a cidadania a partir do reconhecimento da diversidade, enfrentando o dilema entre “cidadania” e “orgulho/afirmação de diferenças essenciais e estanques”” como já apontava Regina Facchini (2005, p. 282), ao analisar a produção de identidades do movimento LGBTI na década de 90.

221

Porém, os signos identitários que podem estar sendo usados por pessoas que compõem essas instituições em um regime de verdade que os validam como vivências e existências possíveis também podem ter outros sentidos para membros da mesma comunidade escolar. Podem apontar o Outro que deve ser excluído para que se possa viver em sociedade se forem acionados regimes de verdade que não reconhecem as ressignificações identitárias produzidas pelos grupos sociais que elas nomeiam. Além disso, parece haver uma dificuldade em reconhecer que “mesmo quando o subalterno não pode falar, o corpo está lá, em processo, dizendo algo, ainda que não seja aquilo que

diríamos se tivéssemos o controle das representações em jogo” como nos lembra Thiago Duque (2020, p.73) ao discorrer como os marcadores sociais da diferença operam em relações entre si, em outras palavras, de forma interseccional. Seu corpo é lido como negro e gay e muitas outras coisas todo o tempo “em sua materialidade (social)” (idem, p.74). Com isso, políticas institucionais que se propõem a garantir o acesso à educação podem reforçar preconceitos ao tentar evita-los se não dialogarem com os sujeitos que pretendem atender e se não tornarem seus discursos acessíveis para toda a comunidade escolar.

Afirmar a necessidade de se nomear retira de cada estudante o direito ao anonimato e à singularidade, mas permite o estabelecimento de relações de pertencimento pela identificação com o Outro, a reivindicação de políticas institucionais para demandas específicas e a denúncia de violências motivadas pelo não-reconhecimento do direito de diferir (racismos, LGBTIfobias, capacitismos, etc.). Este é um conflito que a educação ainda está por resolver (assim como os movimentos sociais que usam a identidade como ferramenta de luta), mas se não problematizado, pode levar a ações que, na afirmação da inclusão, criam condições de violência.

Para colaborar com essa reflexão sobre os signos identitários e seus significantes de paz ou violência (como na música de Stromae), partiremos da análise de duas notícias em que estudantes sofreram exposição a violência por ocupar um lugar social dissonante da heterocisnorma regida pela branquitude no acesso à educação.

Peace Or Violence  
Qu'est-ce que j'en sais moi?  
Parce qu'il fallait me faire un idée  
On m'a traité de pessimiste  
Avec des mots à me suicider<sup>6</sup>  
(STROMAE, 2010)

Em uma universidade federal, um/a estudante não-branco foi impedido de entrar no campus por estar vestindo uma saia. Além de ser interpelado pelos seguranças patrimoniais da instituição, ele foi abordado pela polícia militar com o objetivo de impedi-lo de seguir para os demais espaços da instituição. Ao tentar denunciar o ato, não tendo

---

<sup>6</sup> Paz ou violência/O que eu sei sobre isso?/Porque eu necessitava compreender/Fui chamado de pessimista/Com palavras para me suicidar (Tradução nossa)

sido atendido por qualquer dos membros da gestão, só pode conversar com uma psicóloga, conversa que foi acompanhada por um dos seguranças. O relato feito pelo G1 (2016) é seguido por entrevista com o reitor da universidade, que justificou a ação dos seguranças, ao afirmar que “A pessoa veio fora de um padrão, considerado por ele [o segurança] razoável, observando as normas, e... Portanto, ele, de uma forma extremamente cortês, considerou que aquilo ali não era uma vestimenta adequada.” (G1, 2016, n.p.). Pouco depois, na mesma entrevista, o reitor apresentou uma solução para que não haja futuros casos como o relatado:

[...] vamos trabalhar um cadastro para que as pessoas que têm essa, essa... opção (sic). Elas venham, se cadastrem, e os vigilantes vão saber que essas pessoas então têm essa forma de se vestir como uma opção. E aí nós vamos conseguir cumprir a nossa norma do Conselho Universitário de proteger as... os estudantes, as famílias contra o trote, mas ao mesmo tempo respeitar as diversidades que existem dentro da nossa instituição. (G1, 2016, n.p.)

223

A análise da transfobia, da misoginia e da homofobia presentes neste caso foi vasta em redes sociais. Mesmo na página em que a notícia está publicada há pessoas que justificam a ação dos seguranças patrimoniais usando o argumento de tentarem proteger a vítima de trotes, aquelas que culpabilizam o estudante por não se adequar às regras (institucionais ou presentes em uma gramática social hegemônica em que os discursos são regidos pelo binarismo de gênero e pelo cristianismo) e há pessoas que leem o caso como uma violência institucional resultante de preconceitos.

Outra notícia (TERRA, 2015) relata a suspensão de dois estudantes de ensino médio de 16 e 17 anos (a notícia não apresenta os estudantes nem identifica sua raça/etnia) por terem se beijado no banheiro de um colégio no interior de São Paulo. Segundo uma colega do colégio “se fosse um casal hétero, teria sido totalmente diferente” (TERRA, 2015, n.p.). Segundo uma professora entrevistada, o papel da escola deveria ser o de incentivar o debate acerca da educação sexual e das diversidades de maneira saudável, e não o de adotar uma atitude de punição.

Os exemplos acima estão circunscritos em campos de disputa por hegemonia discursiva em ambientes educacionais brasileiros. Discursos hegemônicos operam garantindo a manutenção constante da heterocisnormatividade nestes ambientes, enquanto discursos menores (DELEUZE; GUATTARI, 2014) resistem e insistem em não

desaparecer. Dentre eles a luta pelo direito ao reconhecimento que não silencie ou normatize. Porém, enquanto grupos dissidentes da norma reivindicam reconhecimento e acesso à educação, outros grupos, que não necessariamente querem produzir exclusão, a reforçam por tentar afirmá-la de dentro da matriz discursiva da heterocisnormatividade compulsória. Tomam a si como referência para pensar como garantir o lugar do Outro, o que só poderá ser pensado plenamente a partir da diferença que este representa.

É preciso também considerar que essa diferença é geralmente abordada por uma “matriz de dominação” que se organiza por opressões interseccionais, de forma que “caracteriza essa organização social geral dentro da qual as opressões interseccionais se originam, se desenvolvem e estão inseridas” (COLLINS, 2019, p. 368). Assim, não nos passa despercebido que o estudante da primeira notícia não seja branco, tendo, além de sua performance de gênero e sua sexualidade presumida a partir dela, também a cor de sua pele fora dos padrões da heterocisnormatividade regida pela branquitude.

224

Acompanhando a reflexão de Patricia Hill Collins, lembramos que crianças e adolescentes heterossexuais cujas performances de gênero se enquadram no que é hegemonicamente esperado não passam pelo crivo da auto ou da hetero-nomeação em categorias identitárias de outreidade, a não ser que sejam indígenas, negras, pessoas com deficiência, em situação de rua ou que tenham algum sofrimento mental (dentre outros motivos). Isso não significa que a prática de nomear outras identidades não as interpele todo o tempo sobre seu lugar, mas que se estão na norma não serão afetadas pelas estratégias de controle da matriz de dominação descrita pela autora.

Observamos que a lógica confessional baliza as vivências em diversas instâncias regidas por essa matriz: assumir a sexualidade na igreja, na família, na escola é confessar a verdade sobre si de forma que nestes espaços possam-se determinar as intervenções possíveis. Afinal, é exatamente a isto a que se refere a confissão, a

a toda uma arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de ter em mão, de manipular os homens, uma arte de segui-los e de forçá-los passo a passo, uma arte que tem esta função de tomar sob sua responsabilidade os homens coletivamente e individualmente ao longo de toda vida e a cada passo da existência (FOUCAULT, 2008, p.224).

Em instituições educacionais que apresentam discursos inclusivos, dentre as possíveis práticas de controle das existências dos Outros, há as opções de acolher, tolerar ou aceitar o estrangeiro (DERRIDA,2003). Pelo uso das identidades como mediadoras de acesso, os discursos institucionais tentam incorporar aqueles produzidos por movimentos sociais que validam a diferença e suas possibilidades de existência, mas por ainda utilizarem a heteronormatividade regida pela branquitude como pedra de toque de sua matriz de dominação, ao pensar as possibilidades de vida, podem incidir em práticas violentas e preconceituosas.

Peace Or Violence  
Et j'ai insisté  
Et encore j'insisterai  
Mais apparemment selon les grands c'est long à exprimer  
(STROMAE, 2010)<sup>7</sup>

225

As instituições educacionais (pelas diversas ações da comunidade que as compõe) tendem a operar pelo reconhecimento via formulação e emissão de juízos (BUTLER, 2017) para que se possa nomear os Outros de forma a coloca-los em um lugar social bem delimitado. A partir desse lugar se perguntam como disciplinar os corpos (de forma a exercer sua função social) e quais limites precisam ser produzidos para que possam coabitar com aqueles e aquelas que se enquadram nas normas prescritas.

Não é preciso dizer a adolescentes heterocissexuais que não beijem pessoas com a mesma identidade de gênero no banheiro, por exemplo, esse limite só é produzido a partir da existência de outras identidades (sexualidades) no ambiente escolar. Sua produção tem a finalidade de, ao mesmo tempo, permitir que ali existam e garantir que não perturbarão a norma. Uma norma que pressupunha a existência universal de corpos heterocissexuados ao dividir banheiros entre feminino e masculino sob diversos discursos como o de evitar que estudantes usem o banheiro para ficar e/ou transar. Ao ser atualizada para a inclusão de corpos não heterocissexuais, ela atualiza sua matriz de dominação para incluir as diferenças antes não previstas.

---

<sup>7</sup> Paz ou Violência/E eu insisti/E mais uma vez insistirei/Mas, aparentemente, de acordo com os adultos, leva muito tempo para colocar em palavras (Tradução nossa).

Algumas tentativas de acolhimento, tolerância ou aceitação que tentam inserir outros sujeitos em seus espaços, tendem a criar um ambiente que permite e viabiliza violências por partirem de uma lógica heterociscentrada. Percebe-se isso no caso da universidade. Quando o reitor sugere a criação de um cadastro para que pessoas não-cisgêneras não sejam barradas ao entrar e explica que isso seria necessário para que outra norma (a de combate ao trote) seja cumprida. Tenta-se manter intactas as regras vigentes, criadas apenas a partir da vivência heterocissexual branca, pela criação de uma nova regra que se aplique apenas a quem não se enquadra na anterior (anormais segundo FOUCAULT, 2010). Assim, se atualiza a matriz de dominação, não pela atualização de seus discursos, mas pela incorporação parcial dos discursos de grupos identitários que acessam as instituições.

A própria regra do trote, utilizada como justificativa, parece utilizar uma matriz heterociscentrada e misógina, visto que sua aplicação pressupõe que o estudante só poderia estar usando saia se fosse obrigado por uma prática vexatória. Para que os discursos hegemônicos não se alterem, criam-se práticas disciplinares dedicadas aos Outros, mas para que sejam operacionalizáveis o primeiro passo é nomear essa outreidade e definir o que podem ou não fazer ou viver naquele espaço, como no cadastro proposto.

Apontamos que essa prática nos parece uma tentativa de sintetizar enunciados de dois regimes de verdade diferentes, que podem não ser divergentes, mas não são necessariamente complementares. Leandro Colling (2015), ao pontuar diferenças entre o que chamou de movimento LGBT e de ativismo *queer*, já pontuava que o movimento LGBT tenta mudar a cultura preconceituosa apostando “as fichas em políticas públicas nas escolas” (COLLING, 2015, p.240), estando presente nas escolas que são receptivas ao debate com discursos que reforçam as identidades como ferramenta de luta por direitos, enquanto o ativismo *queer* não fixa as identidades por argumentar que servem a um eugenismo das possibilidades de vida e existência na diferença. Para o ativismo *queer* então, a própria acolhida que se faz apenas pela nomeação já violenta ao negar o direito ao anonimato. Esse grupo considera importante salientar que só pode existir sem ser nomeado ou nomeada quem já está na norma, logo a própria nomeação identitária já seria violenta. Essa leitura não é falsa, mas nos parece deixar de considerar os ganhos possíveis

para ampliação de possibilidades de vida pelo acesso que o acesso à cidadania permite criar.

Para grupos LGBTI que têm operado nos campos das políticas públicas e institucionais, as conquistas legais e avanços de direitos só são possíveis pelo uso das identidades como ferramenta de luta e instrumento de reconhecimento, como lembrar as obras de Colling (2015) e Facchini (2005). Em uma sociedade que ainda opera em uma lógica identitária, se apropriar das identidades com as quais nossos corpos são significados para além do nosso controle (como pontuou Thiago DUQUE, 2020) é uma possibilidade de ressignificar os processos pelos quais somos interpelados e interpretados por nossas diferenças. Ainda que se admita, como nos argumentos *queer* apontados por Colling (2015), que há reducionismos de vivências e perda do direito ao anonimato no uso das identidades, há que se pensar que esse anonimato não existe visto que nossos corpos comunicam e são significados por uma matriz de dominação a despeito de nos identificarmos.

227

Ça prendra le temps qu'il faudra le temps  
Mais finalement je le saurai  
Dans 5 ans ou 10 ans ou 20 ans  
Mais j'espère avant de crever!  
Peace Or Violence<sup>8</sup>

Os processos de reconhecimento demandam acesso aos repertórios discursivos em que uma verdade sobre o Outro se produz e isso não se reduz às identidades, mas as identidades são resultantes da simplificação que esses processos fazem de vivências coletivas para criar estratégias de controle sobre elas. Nossa sociedade ainda opera na lógica da cidadania identitária e discursos que tentem a produzir acesso e permanência à educação fora das marcações identitárias não são hegemonicamente acessados. Continua sendo simultaneamente difícil e necessária a tentativa de aproximação institucional a outras formas de existir que não seja pela nomeação de lugares sociais que limitem as possibilidades de vida de sujeitos, mas enquanto isso não acontece, as reivindicações identitárias operam como meio de viabilizar possibilidades de vidas vivíveis.

<sup>8</sup> Vai demorar um pouco, vai demorar/Mas no final eu saberei/Em 5 anos ou 10 anos ou 20 anos/Mas espero antes de morrer!/Paz ou Violência (Tradução nossa)

Guattari (2012) diz que para a sociedade mudar as pessoas devem mudar e para as pessoas mudarem a sociedade deve mudar. Não havendo solução de curto prazo, as microrrevoluções podem respaldar futuras intervenções no campo macro. Uma leitura possível das notícias relatadas neste texto é de que são indícios de discursos menores ganhando força o suficiente para que o hegemônico seja desnaturalizado e perturbado

A repressão ao uso de uma peça de roupa por um discurso generificado, ou a punição de performances sexuais dissidentes da heteronormatividade são ações naturalizadas pelos discursos hegemônicos. Pistas de que outras verdades possíveis ganham força são o fato de haver pessoas (estudantes, servidoras/es das instituições de ensino e pessoas que comentam as notícias) dispostas a desnaturalizar essas práticas disciplinares, nomeá-las como violência e que essa nomeação tenha reverberação suficiente para que haja adesão a esses discursos.

O discurso inclusivo que opera pela nomeação do Outro, pode ser visto como uma tentativa de negociação com os discursos hegemônicos para tentar-se viabilizar a vida. Ao mesmo tempo, e justamente por negociar com a lógica da cidadania identitária, cria condições para violência por colocar a quem se deseja incluir no lugar de Outro que não pode ser reconhecido, a não ser pelo que se enquadra nas gramáticas prescritivas do que e como é permitido ser. “Assim, o gesto que liberta é ao mesmo tempo uma operação que aprisiona num novo tipo de prisão: a prisão identitária” (AVELINO, 2017, p.4).

228

Cada pessoa que ocupa um lugar de outriedade produzida pela matriz de dominação (COLLINS, 2019) nas interseccionalizações de marcadores de diferença (raça, gênero, sexualidade, etc.) pode se perceber, em diferentes momentos, em interpelação pelo discurso da inclusão como violência ou como sinal de paz, como na canção de Stromae (mote deste artigo). Como apontam as diferenças discursivas entre ativistas *queer* e grupos LGBTIs e de movimentos negros (sendo estes dois signatários das políticas identitárias) os significantes de violência e paz coexistem ao permitir, pela nomeação identitária, tanto a criação de possibilidades de vida, quanto estratégias de controle e incorporação das diferenças à norma. Se paz ou violência definem como se compõem as relações mediadas pelas identidades, dependerá do quanto importa às pessoas envolvidas o que é acessado e o que se perde para acessar. Só quem sofre a

nomeação e/ou se nomeia consegue dizer o quanto ela é violenta ou pacífica nos seus processos de socialização no acesso aos ambientes educacionais.

## Referências

AVELINO, Nildo. Confissão e Normatividade Política: controle da subjetividade e produção do sujeito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.32, n.93, 2017, p.1-22.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. Tradução de Rogério Bettoni.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Tradução de Andreas Lieber.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvados: EDUFBA, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. Tradução de: Luiz B. L. Orlandi.

DUQUE, Thiago. **Corpo de fala e pesquisa: autoreflexões sobre identidade e diferença**. In: NOGUEIRA, Gilmaro; MBANDI, Nzinga; TRÓI, Marcelo de.. **Lugar de fala: conexões, aproximações e diferenças**. Salvador: Editora Devires, 2020.

DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003. Tradução de Antonio Romane.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1998. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. Tradução de Roberto Machado.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

G-1 SUL DE MINAS. **Estudantes fazem 'saião' após aluno ser impedido de entrar na Ufla, em MG**: Estudante que estava de saída foi barrado por guardas e impedido de entrar. Reitor da Universidade Federal de Lavras diz que vai adotar cadastro. 2016.

Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/05/estudantes-fazem-saiaco-apos-aluno-ser-impedido-de-entrar-na-ufla-em-mg.html>. Acesso em 10 set.2020.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012. Tradução de: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

**STROMAE - Peace or violence (clip oficial).flv**. Direção de Stromae. Produção de Stromae. Intérprete: Stromae. Música: Peace Or Violence. 2010. 1 Video online (186 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=869wNCzhvQ8>. Acesso em: 18 set. 2020.

TERRA. **Alunos são suspensos por beijo gay em escola de SP**. Estudantes protestaram contra a decisão da direção da escola em São José do Rio Preto. 2015. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/alunos-sao-suspensos-por-beijo-gay-em-escola-de-sp,5f0d4dc33049c410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Acesso em 27 jan. 2021

## PEACE OR VIOLENCE:

230

The ambiguity of educational discourses that welcome and protect through identity confession

**Abstract:** The song “Peace or Violence” by the Belgian artist of Rwandan descent Stromae is used as an allegory to question whether the use of identity confession of people who do not fit into the white heterocissexuality in educational institutions is a symbol of peace or violence. This paper analyzes the speeches of two news stories as it approaches the processes of school inclusion. The media narratives comprise institutional violence discourses on gender performativities and sexuality of students. We question the way identities are assumed by institutions in practices aimed at promoting inclusion, as they also may result in violence. It approaches a current debate on the gains and losses in the use of identities as a strategy for accessing rights within the domination matrix in which different identity markers are intersectionally relevant.

**Keywords:** Inclusion. Education. Identities.

**Recebido: 08/02/2021**

**Aceito: 18/06/2021**